

## Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 13-11-2025

Ata nº 22

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

### Situação financeira em 07-11-2025

Operações Orçamentais	1 074 065,82€
Operações de Tesouraria	689 258,96€

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



## I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por cumprimentar todos os Vereadores presentes e por dar as boas vindas à Vereadora Fátima Pereira que, na primeira reunião, não pôde estar presente, por motivos de ordem pessoal, a quem desejou um mandato profícuo, de colaboração e a quem transmitiu o desejo de que tudo corra bem.

Passou, de seguida, a dar as boas vindas ao público. Expressou que tem sido uma reivindicação que os elementos do PSD têm feito, ao longo dos anos, para que as Reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal sejam participadas. Referiu, neste sentido, que, muitas vezes, as pessoas exprimem não ter noção do trabalho que se faz, mas, a verdade é que só desta forma, mediante a presença do público e a transmissão destes trabalhos tal como estava a acontecer nesta reunião, é que o Município poderia dar nota de tudo aquilo que nas reuniões é discutido e da forma como é discutido, sempre com o foco nos Melgacenses.

Prosseguiu, dando, igualmente, as boas vindas a todos aqueles que, por transmissão online, se encontravam a assistir à reunião e àqueles a que a ela se pudessem vir a associar.

Agradeceu, a todos, pela presença.

Sendo uma reunião pública informou que, a mesma é composta por três pontos, correspondendo o primeiro ao período antes da ordem do dia, onde podem ser apresentados e discutidos vários assuntos de interesse para o Município, o segundo, ao período da ordem do dia, onde são votados os assuntos da ordem de trabalhos e, por fim, o terceiro e último momento, ao período de intervenção do público.

O Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, no período antes da ordem do dia, pretendia dar 2 ou 3 notas informativas e perguntou, aos Vereadores presentes, se algum deles se pretendia inscrever nesta parte da ordem de trabalhos.

Neste seguimento, inscreveu-se a Vereadora Fátima Pereira e o Vereador José Adriano Lima.

Retomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, que, desta feita, informou que o Executivo Municipal com funções de administração direta completou, com a visita aos serviços de metrologia e ao BUPI, as visitas às várias valências e colaboradores do Município. Referiu que o colaborador Gaspar do Serviço de Metrologia fez uma apresentação, em powerpoint, daquilo que são as funções e o trabalho desenvolvido por estes serviços, os quais são prestados por este técnico do Município, não só em Melgaço, mas também em Monção, em Paredes de Coura e numa determinada parte da área geográfica de Valença.

Passou, de seguida, a dar nota de que, na passada segunda-feira, participou na primeira reunião do Conselho Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, onde têm assento os dez Municípios do Distrito de Viana do Castelo. Informou que, foram eleitos, para o compor: como Presidente, o Dr. António Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Monção, tendo referido que o Presidente da CIM



Alto Minho, até então, era o antigo Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, o Dr. Manoel Batista; como primeiro Vice-Presidente, o Arquiteto Luís Nobre, que é o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e, como segundo Vice-Presidente, o Engenheiro Vasco Ferraz, que é o Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Disse, igualmente, que foi reconduzido como Secretário-Geral, o Dr. José Paulo Queiroz. Mais informou, sobre esta temática, que, foi decidido que as reuniões passariam a ter lugar às segundas-feiras de manhã, pelas 10:00 horas, transmitindo que lhe foi dado a conhecer que são reuniões bastante alongadas, onde se fala de tudo um pouco, não sendo fácil conseguir conciliar o horário com a ordem de trabalhos, facto pelo qual foi estabelecido um compromisso de assiduidade, por parte de todos, com a possibilidade de tratarem assuntos que não foram discutidos durante reuniões, em eventuais almoços de trabalho. Comunicou, ainda, que foram, já, colocados vários assuntos em cima da mesa, os quais serão o cerne daquilo que é o trabalho a desenvolver pela CIM e que têm a ver com a eventual criação da Área Metropolitana do Alto Minho, com as vias rodoviárias, entre outros. Referiu que, ficou já agendada uma primeira reunião extraordinária para o dia 24 de novembro e que, uma vez que o dia 01 e o dia 08 de dezembro coincidem com segundas-feiras, a primeira reunião ordinária terá lugar no próximo dia 15 de dezembro.

Passou, seguidamente, a aflorar outro tema, desta feita, reportante à informação que lhe foi veiculada pela proteção civil, no sentido de apontar que, pese embora se tenham agravado as condições climáticas, com chuvas copiosas, a verdade é que, felizmente, não houve danos de maior.

Passando para a terceira nota, o Presidente da Câmara Municipal expressou que, no dia anterior ao da presente reunião, o Executivo Municipal com funções de administração direta teve o prazer de comparecer na inauguração da Creche “Casa dos Sonhos”, uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, a qual, segundo o próprio, se traduziu, na requalificação do espaço e no aumento da capacidade de resposta. Informou, neste sentido, que já está protocolado, com a Segurança Social, o aumento de 41 para 84 lugares, sendo que ainda se encontram disponíveis 11 ou 13 vagas, sobre as quais recai a previsibilidade de, em fevereiro de 2026, estarem já completamente esgotadas. Considerou que, esta situação, por um lado, pode não ser positiva, porque podem vir a existir situações para as quais não haja resposta e que terão de ser avaliadas nessa altura, significando, por outro lado, que há uma grande procura, a qual aumentou exponencialmente a partir do momento em que o Estado passou a assumir as mensalidades com as crianças. Referenciou que, se verificou um grande incremento, em função da vinda para o território de muitos imigrantes, particularmente da América do Sul, que vieram colmatar algumas falhas existentes a nível laboral, na restauração, na hotelaria, na silvicultura, o que considerou ser muito positivo, por permitir a renovação geracional que, por fatores de diferente natureza, não foi possível até agora.

De seguida, o Presidente da Câmara Municipal passou a dar nota de que, no presente dia, da parte

da manhã, pelas 9.00 horas, foi inaugurada a nova superfície comercial de venda a retalho, o Continente, onde esteve presente, de entre outras entidades, o Executivo Municipal com funções de administração direta, e, também, o Dr. Manoel Batista, que partilhou consigo este convite, relativamente ao qual fez questão da sua presença. Informou que, foram rececionados elogios pela agilidade que o próprio Município concedeu ao processo, quer na fase em que era presidido pelo Dr. Manoel Batista, quer após este período, o que permitiu construir e inaugurar esta superfície comercial em tempo record. Disse tratar-se de mais uma oferta para os consumidores de Melgaço, tendo transmitido, igualmente, que tem a consciência de que poderá trazer dificuldades acrescidas aos demais comércios e unidades, sendo certo que, em Portugal, como na maior parte dos países, funciona a livre concorrência, a qual também tem aspetos positivos, uma vez que, para além da oferta concorrencial, permite a criação de mais postos de trabalho e a criação de mais riqueza no território.

Por último, o Presidente da Câmara Municipal comunicou que, o Município iria ter, na agenda deste mesmo dia, a partir das 17:00 horas, o Fórum Desporto, na Escola Superior de Desporto e Lazer, com a participação das várias instituições de ensino desta natureza a nível nacional e com a participação do Secretário-Geral do Desporto da Galiza. Referenciou ser um momento importante para o Concelho, assim como o é a permanência da Escola Superior de Desporto e Lazer em Melgaço, por tudo aquilo que significa.

Após ter deixado estas notas, o Presidente da Câmara Municipal concedeu a palavra à Vereadora Fátima Pereira.

No uso da palavra, a Vereadora Fátima Pereira começou, em primeiro lugar, por cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal, os restantes Vereadores, os colaboradores do Município presentes na reunião, o público presente e a comunicação social. Passou, de seguida, a agradecer, ao Presidente da Câmara Municipal, as palavras de boas-vindas para o presente mandato e a reiterar, tal como já fora referido na anterior reunião de Câmara Municipal, que os Vereadores do PS se encontravam aqui para colaborar de uma forma construtiva, não querendo, nem pretendendo ser a pedra no sapato de ninguém, mas, sim, apresentar propostas, sugestões, tecendo, ainda, a consideração de que é assim que as coisas devem funcionar.

Prosseguiu a sua intervenção, indicando que, o assunto que pretendia expor se prendia com o evento da Noite dos Medos. Sobre o mesmo, disse tratar-se de um evento recente, criado pelo anterior Executivo, o qual tem vindo a crescer de ano para ano, a olhos vistos. Referiu que, o Município teve o azar de o tempo não ter ajudado. Manifestou, ainda, que, no ano transato, decorreu a maior expressão deste evento, na rua, o qual foi muito carismático e diferenciador da região, onde participaram concelhos do Alto Minho e vizinhos da Galiza, os quais fazem sempre questão de cá vir e cuja presença crê ser de continuar a fomentar, numa altura do ano em que há poucos eventos. Disse que, a solução que o Município arranjou de acomodar este evento no Centro de Estágios foi aquela com a qual os Vereadores do PS concordaram, por igualmente



considerarem que seria a única opção, visto o curto espaço de tempo existente para poder arranjar outra solução. Referenciou, também, que, a quantidade de pessoas que compareceu no evento foi impressionante, tendo muita gente ficado fora do Polidesportivo, por não caber dentro. Partindo do pressuposto de que, nesta altura do ano, o tempo não costuma ser um fator favorável, chamou à atenção para dois pormenores que considera que o Executivo Municipal deve atempadamente ter em atenção nas próximas edições, por forma a que corra ainda melhor, prendendo-se um deles com a questão do lançamento do fogo dentro do Pavilhão Gimnodesportivo, sobre o qual disse que os participantes não tiveram a noção da quantidade elevada de fumo que, a determinada altura, subiu e atrapalhou um bocado. Sugeriu, por conseguinte, que, se este evento se voltar a realizar no Centro de Estágios, o Município deverá chamar à atenção dos participantes, por forma a utilizarem estes fogos de forma regrada. Como segundo pormenor, referenciou a parte da festa em si, da qual disse ter gostado muito, acrescentando que os jovens precisam desta vertente e que os Vereadores do PS são completamente a favor disso, mas, ainda assim, manifestou que não sabia até que ponto o piso daquele local iria conseguir aguentar este tipo de eventos, até porque a própria alcatifa que o cobria poderia deixar passar para ele, quaisquer bebidas que nela caíssem. Disse que, aquele piso não está feito para este evento. Considerou que esta foi uma solução de recurso, por não haver outra hipótese de realizar o evento, mas que, em próximas edições, o Município deverá pensar noutra sugestão, tendo sempre em conta o aumento do público. Sugeriu que, o ideal, seria tentar retirar este evento de lá, precisamente para tentar poupar o piso, que foi requalificado há pouco tempo e que não pode ser requalificado mais vezes, restando, apenas, a hipótese da substituição, o que, segundo ela, acarretará um custo maior para o Município. Concluiu este tema, dando os parabéns ao Executivo anterior que criou o evento e ao Executivo que o pôs em marcha com pouco tempo de margem de manobra para que as coisas corressem bem.

O Presidente da Câmara Municipal, com a concordância de todos, passou a dar resposta à Vereadora Fátima Pereira, começando por agradecer-lhe os cumprimentos que lhe dirigiu e dizendo que comunga do propósito e do espírito que tem de presidir a estas reuniões, ao longo do mandato, tendo reforçado que já havia referido, na anterior reunião, que o processo eleitoral já lá vai e que, daqui a quatro anos, haverá outro, no qual terão tempo de discutir projetos e ideologias diferentes.

Relativamente ao evento da Noite dos Medos, o Presidente da Câmara Municipal referiu que, pese embora haja quem diga que em Melgaço não existem tradições de Halloween, a verdade é que, o concelho tem algumas tradições e uma cultura muito própria a este nível, uma fração das quais faz parte do conteúdo funcional deste evento, mais concretamente, a questão do avistamento do antigamente.

Concordou com a Vereadora Fátima Pereira sobre o tempo de outono e as chuvas habituais que todos os anos se faz sentir nesta altura, tendo referido que, ainda assim, se mostrara necessário tomar a decisão de realizar este evento no Pavilhão Gimnodesportivo do Centro de Estágios. Informou que o Executivo Municipal com funções de administração direta assumiu esta decisão



como de risco, uma vez que os serviços técnicos disseram, repetidamente, que não iria funcionar, por já terem organizado este evento naquele local e por não terem tido adesão do público. Comunicou que, a alternativa passava pela contratação de uma tenda, para instalar em frente à Câmara Municipal, a qual não iria ter estrado e originaria a que as pessoas molhassem os pés, tendo em conta o declive do próprio largo. A este propósito, informou que, a tenda custava €5.000,00 mais IVA, ascendendo aos €8.000,00 e que a Câmara Municipal não tinha dinheiro para assumir esta contratação. Expôs que, perante isto, o Executivo Municipal com funções de administração direta tomou esta decisão e assumiu esta responsabilidade, considerando que funcionou muito bem, tal como disse a Vereadora Fátima Pereira. Relativamente ao apontamento do fumo colocado por esta Vereadora, disse concordar plenamente, admitindo, no entanto, que apenas se tem noção das coisas depois delas acontecerem. Acrescentou, à questão do fumo, uma outra questão que, segundo ele, entronca com a questão do pavimento, e que se prende com a circulação dos veículos motorizados dentro do Gimnodesportivo. Informou que, só lhe foi reportada esta situação no âmbito de uma reunião que o Executivo Municipal com funções de administração direta teve com a Melsport, onde lhes foi dado nota que o piso fora requalificado, há cerca de quatro ou cinco anos atrás, com um custo de mais de €25.000,00, e que a sua substituição rondaria os €100.000,00, facto pelo qual disse ser necessário ter atenção e, numa próxima ocasião, a existir, não permitir a circulação de veículos que, por si só, também são geradores de fumo. Ainda relativamente ao fumo, referiu que, a partir do momento em que se abriram todas as portas, o fumo saiu e o ar tornou-se respirável, tendo funcionado bem.

Passou, de seguida, a palavra ao Senhor Vereador José Adriano Lima, que, no uso dela, começou por cumprimentar os Senhores Vereadores, os colaboradores do Município presentes, o público fisicamente presente e todos aqueles que seguiam a reunião à distância.

Seguiu, informando que, é sua pretensão transmitir 2 ou 3 notas. Nesta sequência, e pegando na intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Noite dos Medos, referiu que, pese embora o facto de não ter pensado falar sobre o mesmo por já o ter feito na anterior Reunião de Câmara, seria conveniente, ainda assim, informar que os Vereadores do PS concordaram com a sua realização no Gimnodesportivo, facto que já tinha acontecido, embora não nestes moldes, precisamente pelas limitações que o espaço apresenta em termos de piso, chamando à atenção de que se trata de um Pavilhão Gimnodesportivo de referência que deve, portanto, ser tratado como tal. Referiu que na reunião precedente, não falaram sobre os pormenores da circulação de viaturas e do lançamento de fogo dentro daquele Pavilhão. Disse, ainda, que, os anteriores Executivos já tinham celebrado lá a Noite dos Medos, mas que estas situações nunca aconteceram lá dentro, tendo havido sempre o cuidado do espetáculo de fogo ser fora e de não circularem viaturas lá dentro. Considerou que esta não deve ser uma solução a médio/longo prazo. Comunicou que, efetivamente, o piso foi todo requalificado quando ele próprio assumia a presidência do conselho de administração da Melsport e que a empresa que colocou o piso e que ficou a fazer a sua manutenção, tratando-se de uma empresa altamente especializada, desaconselhou, inclusivamente, a utilização pelos patins, facto com o qual não concordou, também na qualidade de então Vereador do Pelouro do Desporto, tendo garantido as

  


condições para que os 60 miúdos continuassem a praticar a patinagem, no âmbito da associação, no pressuposto de que, quando chegasse a altura, se substituisse o piso. Teceu a consideração de que este tipo de atividades, a acontecer ali, iria agudizar esta situação.

Quanto à visita aos serviços afluída pelo Presidente da Câmara Municipal, que, segundo este, terminou nos serviços de metrologia, o Vereador José Adriano Lima referiu que, estes serviços funcionam muito bem, apesar de nem toda a gente ter essa noção. Referiu que, o técnico afeto a este serviço é altamente qualificado e reconhecido em todo o lado. Acrescentou que o Município presta um verdadeiro serviço público à comunidade, não só aos melgacenses, mas também, a outros concelhos, não se fazendo mais ainda, por não se ter capacidade de resposta.

Relativamente à questão da CIM Alto Minho, referenciou que, esta Comunidade Intermunicipal é importantíssima, na medida em que muitas matérias de planeamento e de financiamento são lá tratadas, facto pelo qual disse ser essencial a participação do Município de Melgaço de forma ativa na mesma. Desejou, por conseguinte, votos de maior sucesso aos novos representantes eleitos para os diferentes órgãos.

Prosseguiu a sua intervenção, felicitando o atleta da patinagem, Miguel Alves, que conseguiu o 5º lugar no último campeonato da Europa, que, desta vez, decorreu em Portugal, em Matosinhos, desejando que ele e outros atletas continuem este caminho que é importante para eles a título individual e também para Melgaço e para o clube que representam, a Associação de Patinagem.

Sobre a abertura do Continente Bom Dia, no presente dia, desejou votos de sucesso para esta nova superfície comercial e manifestou o desejo de que seja um polo dinamizador da economia local, que traga economia e que não tenha propriamente um efeito negativo em relação à economia instalada. Disse crer que será um fator positivo para a economia local de Melgaço.

De seguida, abordou o tema trazido pelo Presidente da Câmara Municipal sobre a inauguração, no dia anterior, da ampliação da creche da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, dizendo que este foi um projeto que o anterior Executivo acompanhou e apoiou desde o primeiro momento. Acerca deste assunto, afluíu que se costuma dizer que há falta de crianças, mas que, na verdade, já existia lista de espera antes da creche ser gratuita, sendo, contudo, verdade que, com a gratuitidade e com a chegada de novos residentes, neste caso, imigrantes, se incrementou a procura, o que tornou a resposta mais difícil. Registou, por conseguinte, que foi com agrado que, no dia de ontem, viu esse projeto concluído, considerando que vai absorver a lista de espera que a Santa Casa já tinha e que é importante que exista esta resposta para as crianças e para os respetivos pais, mormente para organização da sua vida pessoal e profissional.

Por último, deixou uma nota sobre uma preocupação que crê ser partilhada por todos, e que se prende com o funcionamento do Centro de Saúde e com a falta de capacidade de resposta no que

respeita às consultas. Neste sentido, indagou o Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se já teve oportunidade de tomar alguma diligência e se existe alguma novidade sobre este tema. Referiu saber que os Vereadores do PS não têm visões exatamente iguais sobre o que é a resposta na área da saúde para o concelho de Melgaço, mas que acha que, no que toca a esta parte de défice de resposta do Centro de Saúde, todos estão de acordo.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, agradecendo, em primeiro lugar, a intervenção do Vereador José Adriano Lima e, passando, posteriormente, a dar resposta às questões por este colocadas.

Assim, passou a abordar o tema da Noite dos Medos, acrescentando, ao que já havia dito, o facto de que não lhe fora dado conhecimento da circulação das viaturas dentro do Pavilhão Gimnodesportivo, na reunião preparatória com a Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura. Considerou tratar-se de um assunto que tem que ser ponderado em futuras edições.

Relativamente ao serviço de metrologia, aludiu comungar do que foi dito pelo Vereador José Adriano Lima, nomeadamente, sobre a habilitação do técnico e a prestação de um bom serviço público, acrescentando o facto de que, para a prestação destes serviços noutros municípios, o técnico utiliza uma viatura que é do Município e que, no âmbito desta prestação de serviços, são cobradas exatamente as mesmas taxas, quer para Monção, quer para Valença ou Paredes de Coura, concluindo que, perante isto, o Município de Melgaço não está a cobrar mais a estas entidades particulares (comerciantes) por estas deslocações, estando, sim, a pagar para prestar este serviço público, mais concretamente, assumindo os custos com as deslocações.

Sobre este assunto, pediu a palavra o Vereador José Adriano Lima que, tendo-lhe sido concedida, disse que o Município tem uma viatura dedicada quase em exclusivo para este serviço, que tem algumas especificidades. Mais referiu que a prestação destes serviços é protocolada com as Câmaras Municipais e que, se eventualmente, há um ajuste a fazer, ter-se-á que partir para o acordo e rever as condições, de forma a compensar.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal, acrescentou, no que respeita a CIM, que, o Presidente, Dr. António Barbosa, pretende imprimir uma dinâmica muito diferenciadora, nos termos da qual, uma ou duas vezes por semana, se deslocarão a Lisboa, para os centros de decisão, por forma a assegurar que tudo funcione atempadamente, mais concretamente, a gestão dos fundos comunitários, as candidaturas e os vários projetos para o território.

Sobre o atleta Miguel Alves, o Presidente da Câmara Municipal referiu que, este jovem já os habituou muito mal, a estar em patamares elevados, a pódios e a prémios, pelo que este prémio do 5º lugar no Campeonato da Europa, felizmente, já não surpreende o Executivo. Incentivou a que outros seguissem o caminho do Miguel Alves, na patinagem. Neste âmbito, considerou, ainda, que o Polidesportivo já começa a ser uma infraestrutura curta para todas as solicitações que tem,





da comunidade, das associações, da Escola Superior de Desporto e Lazer, tendo realçado que muitas das associações o têm ocupado com bastante regularidade, mais concretamente, o Dance Center, a Patinagem e a Associação “A Batela”.

Referentemente à Creche, o Presidente da Câmara Municipal focou um outro aspeto, que tem a ver com o dilema dos pais que pretendem passar a residir no território e se deparam com dois problemas: um, relativo ao facto de não ter onde colocar os filhos, e, o outro, concernente à incapacidade que o território tem na parte da oferta da habitação, o que fez com que algumas pessoas que pretendiam instalar-se em Melgaço, se deslocassem para outros territórios. Nesta senda, comunicou que, o Município tem que trabalhar na parte da oferta da habitação e que tem consciência de que não é uma questão com resolução da noite para o dia, mas, para a qual esta resposta da Creche é muito importante.

Disse, igualmente, que, esta é uma instituição que acolhe muito bem e cujo trabalho é reconhecido por parte de quem reside em Melgaço.

Finalmente, quanto ao Centro de Saúde, o Presidente da Câmara Municipal referiu que esta temática é algo que a todos diz e tem que dizer muito, já que ninguém está livre de ter que recorrer a ele. Neste âmbito, referenciou que, se encontra, no público, a Dr.ª Ana Patrícia Xavier, sobre a qual disse ter esperança que ajude o Município, nalguns particulares, reconhecendo ser importante estar dentro da temática para se formar uma opinião mais avalizada e para poder traçar estratégias para resolver aquilo que mais apoquenta.

Ainda sobre este assunto, informou que, foi solicitado a estar presente numa reunião, no Centro de Saúde, ainda antes da tomada de posse, com a coordenadora e também com a Dr.ª Inês Freitas, no seguimento da proposta feita por parte do Presidente do Conselho de Administração da ULSAM, o Dr. José Manuel Cardoso, no sentido de ser instituída, em Melgaço, a Unidade de Saúde Familiar (USF). Disse saber que, por razões que não lhe cumpre estar a dilacerar, existe alguma resistência a este modelo, por parte dos médicos mais antigos, sendo certo que, na verdade, os mais novos, felizmente, aderiram, pelo que vão passar a existir, no Centro de Saúde de Melgaço, dois modelos: o da Unidade de Saúde de Cuidados Primários e o da Unidade de Saúde Familiar. Informou que deseja que este segundo modelo de Unidade de Saúde Familiar se concretize, considerando que, a partir daí, muitos dos Melgacenses terão uma parte do problema da saúde resolvido.

Elucidou, ainda, que, já se tem ouvido falar das medidas do PSD no âmbito da saúde, incluindo o Cartão de Saúde Municipal e relatou que, se o Centro de Saúde implementar esta resposta, o Município não terá de cuidar de a tratar de outra forma, com outro modelo e com outro serviço.

Comunicou que, o que está previsto é que aquelas consultas pelas quais se esperava 3, 4, 5 meses, passem a demorar, simplesmente, 5 dias e que, se isto acontecer ao nível das consultas normais, prevê não haver tanta necessidade de recorrer às consultas abertas. Considerando ser a saúde um fator primário, disse que o Município tem que fazer tudo o que estiver ao seu alcance para a salvaguardar.

Na sequência desta intervenção, o Vereador José Adriano Lima pediu a palavra, e, no uso da mesma, questionou se vão existir estes dois modelos, uma vez que esta hipótese já havia sido colocada no passado, não tendo havido, contudo, acordo, por questões que diziam respeito ao pessoal da área da saúde e sobre as quais concorda com o Presidente da Câmara Municipal, não serem de esmiuçar-se no âmbito das reuniões da Câmara Municipal. Mais referiu crer que este modelo é o que está a ser seguido por Monção e que, se o Senhor Presidente diz que vai ser assim, é porque se cumprem os requisitos, manifestando, ainda, que o que mais lhe importa é a resposta à comunidade, que, a ser assim, irá com certeza melhorar, tal como é desejo de todos. Sugeriu, por fim, que, pese embora o facto de estarem ainda no início do mandato, este assunto esteja na linha da frente.

Em conclusão, e ainda sob a permissão do Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Adriano Lima referiu que, o Regimento em vigor é o que vinha de trás e que a ideia que tinha era que a última reunião de cada mês seria pública, o que, no seu entender, significaria que a próxima reunião não seria dali a 15 dias. Deixou, igualmente, o apontamento de que, a realização da reunião de forma pública e a sua transmissão online, uma vez por mês, não era um facto novo, pois já vinha sendo assim desde há um mandato atrás, senão mais.

A esta questão respondeu o Presidente da Câmara Municipal, informando que, a próxima reunião realizar-se-á dali a 15 dias, não sendo pública e que o Regimento iria ser alterado nesta parte.

Seguidamente, pediu a palavra a Vereadora Fátima Pereira, que no uso dela, chamando à colação o que o Presidente da Câmara Municipal havia falado sobre as associações que usam o Pavilhão Gimnodesportivo e da grande adesão de alunos nas várias modalidades, referiu que, já se estava a sentir que o IPVC emprestava salas para a realização das aulas de dança, sendo certo que, entretanto, precisou destas mesmas salas para outras valências, o que dificultou, no início deste ano letivo, a disponibilização de locais para estas aulas. Neste sentido, sublinhou a necessidade de o Município arranjar alternativa, uma vez que o número de alunos que estão a aderir a estas iniciativas é cada vez maior.

Em resposta a este assunto, o Presidente da Câmara Municipal disse que, já havia pensado numa alternativa, que passaria pela construção de um pavilhão de raiz, se possível, multiusos. No entanto, apontou, dois problemas para a concretização desta ideia: o custo na ordem dos 5 ou 6 milhões de euros, que o Município não detém, e o seu não financiamento por fundos comunitários.

Mais informou que, na reunião que o Executivo teve com a Dr.ª Paula Cerqueira, já lhe foi exposta esta situação, tendo-lhe sido, inclusivamente, pedida a sua colaboração.

Referiu, ainda, que a Câmara Municipal é um parceiro privilegiado do Agrupamento de Escolas, facto pelo qual considerou ser necessário sensibilizar a sua Diretora, a fim de que seja permitido que os Polidesportivos dos Agrupamentos de Escolas também possam ser utilizados por parte das associações e dos atletas do concelho. Informou que, a Diretora do Agrupamento mostrou essa sensibilidade, tendo, no entanto, colocado algumas questões que têm a ver com o pessoal e o pagamento das horas de trabalho suplementar ou a concessão de tempo compensatório de

descanso e a questão de não poderem ser utilizados os balneários, por não ser possível assegurar a sua higienização para os dias escolares seguintes, após o uso dos mesmos, pelas associações, no período pós-escolar.

Para se pronunciar sobre este assunto, pediu a palavra o Vereador José Adriano Lima, dizendo que, já teve o Pelouro do Desporto, não neste mandato precedente, mas sim, no anterior, conhecendo bem a realidade a este nível. Por este motivo, referenciou que, ao contrário da imagem que se estava a passar durante a presente reunião, este não era um problema recente, até porque os anteriores Executivos, dos quais fez parte, já tiveram de tentar arranjar soluções alternativas, nomeadamente, na Escola, a qual apresentou condicionantes, a seu ver, percetíveis, uma vez que quem dirige uma escola tem de garantir a sua gestão, administração e segurança, tendo, por isso, que definir as suas regras e os seus critérios.

Observou que, este é efetivamente um desafio que o Município tem e que crê haver soluções, as quais devem ser planeadas e agilizadas a médio-longo prazo. Disse que, entretanto, o Município teria que resolver com aquilo que tem e que este problema era um “bom-problema”, uma vez que traduzia a existência de muita oferta diversificada.

Referenciou que, o problema reside mais no facto de as coletividades quererem reservar, todas elas, o horário a partir das 18:00 horas, em detrimento de outros, não sendo, consequentemente, possível, dar resposta a todos. Comunicou que, no ano passado, o Executivo em funções, do qual fazia parte, teve de utilizar soluções de recurso, como as escolas, os Bombeiros, o IPVC e outros locais.

Opinou sobre a atuação do Município em duas frentes: por um lado, na tentativa de resolver o imediato com estas respostas e, por outro lado, na agilização de um projeto que dê resposta às necessidades, o que considera ser viável e não ter que passar obrigatoriamente pela construção de um pavilhão multiusos, remetendo estas soluções à consideração da Câmara Municipal, na altura própria.

Em resposta ao Vereador José Adriano Lima, o Presidente da Câmara Municipal referiu que, o Executivo com funções de administração direta tem noção de que não se trata de um problema recente e que não está resolvido, sendo certo que o Município terá, como em outras alturas, de ficar pelo remedeio, até que haja condições para outra ordem de respostas.



## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

326. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 21 de 31-10-2025

Aquando da discussão deste assunto, o Vereador José Adriano Lima pediu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, e, no uso dela, remeteu para o penúltimo parágrafo da página 4, pedindo que se acrescentasse, no mesmo, um comentário que fez na altura e que passou a descrever: "O Vereador José Adriano Lima comentou, sobre esta afirmação do Senhor Presidente e com a autorização deste último, que considera que assim tem de ser, como, aliás, sempre foi."

O incremento desta frase obteve a concordância dos demais membros do Executivo Municipal.

O Executivo deliberou, por maioria, com uma abstenção da Vereadora Fátima Pereira, por não ter estado presente na reunião, a aprovação da Ata n.º 21 de 31-10-2025.

O Presidente da Câmara Municipal colocou à votação a aprovação da presente deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

327. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

### **Divisão de Planeamento e Gestão Territorial**

328. Presente requerimento em nome de Marco Alexandre da Silva Nascimento, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela de prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 76º da freguesia de Prado, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 11969 de 22-10-2025 e ao abrigo do previsto no n.º 9 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação, a aprovação da emissão de certidão de destaque de parcela de prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 76º da freguesia de Prado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

329. Presente para efeitos de aprovação, o requerimento apresentado por ROSA da CONCEIÇÃO ESTEVES PIRES, a solicitar a emissão de certidão onde conste que o prédio unifamiliar inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 9494º, da União de Freguesias de



Parada do Monte e Cubalhão, corresponde à licença de utilização n. º81/2002, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º12214 de 30-10-2025, a aprovação da emissão de certidão que atesta que o prédio unifamiliar inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 9494º, da União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão, corresponde à licença de utilização n. º81/2002.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

## **Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura**

330. Presente para efeitos de aprovação a criação de lugares temporários para Táxis para a realização do evento Festa do Espumante de Melgaço 2025, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto, o Presidente da Câmara Municipal referiu que, o mesmo não é novidade, pois, na realização de eventos desta natureza, o Município tem solicitado sempre, aos empresários da área dos veículos de aluguer, a sua presença, para permitir transportar as pessoas que frequentem o espaço. Considerou ser uma situação importante, porque, muitas vezes, há excessos e uma forma de evitar ser fiscalizado, pagar contraordenações ou ir responder a Tribunal, é precisamente deixar as viaturas e pagar um serviço de táxi. Informou que, o que é pretendido, aqui, é proceder ao desenho dos lugares para que os profissionais possam aparcar as suas viaturas, mesmo no alinhamento da tenda onde terá lugar a Festa do Espumante, mais concretamente, junto à escadaria que sobe até à Alameda.

Passou, de seguida, a colocar este assunto à discussão e, nesta sequência, o Vereador José Adriano Lima disse que, já conhecia bem o assunto, tendo tido especial responsabilidade nele, no passado, motivo pelo qual comunicou tratar-se de uma luta de muitos anos para voltar a ter esta resposta neste evento e, também, na Festa do Alvarinho, uma vez que, durante muitos anos, os taxistas locais não demonstraram interesse em estar presentes. Mais referiu que os anteriores Executivos tentaram sensibilizar estes profissionais, por considerarem ser uma resposta de facto muito importante, sendo, hoje em dia, uma realidade. Colocou, seguidamente, uma pergunta ao Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se, à data, já existiam taxistas, interessados em estar presentes.

Em resposta a esta pergunta, o Presidente da Câmara Municipal informou que, continua a haver muita resistência por parte de alguns taxistas em virem trabalhar nas noites deste evento, tendo sido, inclusivamente, pedido, por estes, que o Município comparticipasse

para estarem ali a fazer o seu trabalho, o que o Município não pode assumir. Informou e louvou o facto de serem 4 os taxistas que aderiram e se disponibilizaram para estar presentes.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12268 de 03-11-2025, ao abrigo e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto e do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi do Município de Melgaço, aprovar o seguinte:

1. A criação de local de estacionamento temporário de táxis nas imediações do local da realização do evento Festa do Espumante de Melgaço;
2. A criação de 4 lugares de estacionamento para táxis, nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

331. Presente para efeitos de aprovação a atribuição o apoio no domínio de saúde, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à Presente ata.

Durante a apresentação deste assunto pelo Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Adriano Lima sugeriu que, este assunto (n.º 331) e os dois assuntos seguintes (n.ºs 332 e 333), por se tratarem todos de apoios na área social e por terem todos pareceres favoráveis dos serviços técnicos, se votassem em conjunto, desde que todos estivessem de acordo.

Todos os membros do Executivo Municipal manifestaram o seu acordo e aderiram a esta sugestão do Vereador José Adriano Lima, pelo que votaram estes 3 assuntos em conjunto.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12167 de 29-10-2025 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder apoio financeiro no valor de 91,23€, para apoio no domínio da saúde.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

332. Presente para efeitos de aprovação a atribuição de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidaturas Extemporâneas, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12181 de 29-10-2025 e no uso da competência prevista na alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da atribuição do 1º escalão

de apoio ao aluno, correspondente a 120,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

333. Presente para efeitos de aprovação a atribuição de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidaturas Extemporâneas, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12220 de 31-10-2025 e no uso da competência prevista na alínea hh), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da atribuição do 2º escalão de apoio ao aluno, correspondente a 70,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

334. Presente para efeitos de aprovação a proposta de renovação de protocolo com a Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação Ambiental (ABAAE Eco - Escolas), que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Após a apresentação e a colocação deste assunto à discussão, pelo Presidente da Câmara Municipal, a Vereadora Fátima Pereira acrescentou que, estas 3 instituições têm feito um trabalho brilhante, nesta área da sustentabilidade ambiental e da educação, sendo de louvar tudo o que seja para promover este tipo de atividades.

Na sequência desta intervenção da Vereadora Fátima Pereira, o Presidente da Câmara Municipal acrescentou, ainda, que, estas atividades são transversais a todos os graus de ensino que existem no território.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação 12276 de 03-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea o), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação da proposta de renovação de protocolo com a Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação Ambiental (ABAAE Eco – Escolas).

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

## Divisão de Gestão Municipal

335. Presente para efeitos de aprovação a revogação da deliberação n.º 164, da Reunião Ordinária n.º 12, de 11-06-2025, na qual foi aprovado por unanimidade, conceder apoio em

espécie à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Melgaço Radical, no valor de 4.000,00€, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na sequência da apresentação e da colocação deste assunto à discussão, pelo Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Adriano Lima referiu que, tendo em conta que a viatura não tem condições para ser doada e que, tal como referiu o Senhor Presidente, o beneficiário manifestou, igualmente, o interesse em ser revogada a doação, os Vereadores do PS estão de acordo com a revogação da deliberação.

Indagou, depois, o Presidente da Câmara Municipal, sobre o destino da viatura em causa. A esta pergunta, o Presidente da Câmara Municipal respondeu que, atendendo à antiguidade e às intervenções que seriam necessárias realizar, não apenas na parte do motor, mas também na parte da carroçaria, por apresentação de vários pontos de oxidação e ferrugem, a viatura iria ser mandada para abate, após a aprovação da presente proposta de revogação da deliberação n.º 164, da Reunião Ordinária n.º 12, de 11/06/2025.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12407 de 06-11-2025 no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a revogação da deliberação n.º 164 da Reunião Ordinária n.º 12 de 11-06-2025, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 165.º, nas alíneas a) e c), do n.º 2 do artigo 167.º e no n.º 2, do artigo 169.º, todos do CPA.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

336. Presente para efeitos de aprovação a proposta de resolução sancionatória e aplicação de multa contratual - Contrato N.º 80/2025: Requalificação do edifício multifamiliar de habitação social, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o Presidente da Câmara Municipal disse que, estava em causa o edifício multifamiliar que foi adquirido pela Câmara Municipal e onde já foram iniciadas obras de completa reabilitação. Mais informou que o auto de consignação era de julho de 2025 e que a empresa adjudicatária que ganhou o concurso e que apresentou a proposta mais baixa era a empresa "Bermaq-Bernardo Pinto Duarte e Marques, Lda", tendo o Município interesse em que esta empresa, cumprindo aquilo que estava estipulado, levasse a obra avante. Mais elucidou que, esta obra é financiada por fundos comunitário, tendo já havido, inclusivamente, uma reavaliação do valor da operação. Transmitiu que, a obra terá que estar acabada, impreterivelmente, até 28 de maio de 2026, uma vez que o prazo de execução é de 300 dias, que se contam a partir da aprovação do Plano de Saúde e Segurança e que, o que tem acontecido é que este empreiteiro não tem cumprido o



contrato, correndo o Município, consequentemente, o risco de perder o financiamento na ordem dos €800.000,00. Reiterou que, é do interesse do Município que a sobredita empresa cumpra, pelo fator preço, tendo-se chegado, no entanto, à conclusão de que tal não é possível, por diferentes motivos, que se prendem com a falta de meios humanos, com a falta de estaleiro, com o não cumprimento da parte social e com o trabalho sem condições de segurança. Informou que, ao nível da segurança, o coordenador de segurança do Município já fez várias visitas à obra, tendo dado instruções para que se procedesse à verificação de procedimentos, o que não foi atendido. Comunicou que, foi decidida, em conjunto com este empreiteiro, a apresentação de um novo cronograma financeiro, o qual, pese embora este último se tenha comprometido a entregar, não o logrou fazer. Mais comunicou que, foram feitas várias chamadas de atenção, em obra, por parte do Chefe de Divisão, sendo certo que, ainda assim, se continuava a ter lá a mesma equipa de pessoal que estava desde o início (apesar de o empreiteiro se ter comprometido a duplicá-la), e que, ademais, se encontravam a ser realizados trabalhos a título manual, sem maquinaria. Transmitiu que, por tudo o anteriormente exposto, os serviços têm a certeza que esta empresa não conseguirá levar a bom porto esta empreitada, pelo que se decidiu fazer esta informação, com a proposta de resolução do contrato, com a aplicação de sanções que estão previstas contratualmente e que podem ir até aos 10% daquilo que é o valor da empreitada, sendo certo que, nestes 10 %, existe uma caução de cerca de metade, propondo-se o Município a executar esta caução, para ser ressarcido de parte do prejuízo que vai ter. Referenciou que, já foi realizada uma consulta preliminar a outras empresas e que, apenas uma delas, deu garantia de que conseguiria executar esta empreitada no prazo disponível, que é de cerca de 6 meses. Indicou que, pese embora se trate de uma situação difícil, não resta, ao Município, outra solução que não a de resolver o contrato.

Dando a palavra aos demais Vereadores para fazerem uso dela, querendo, pronunciou-se o Vereador José Adriano Lima, no sentido de afirmar que, perante este cenário, os Vereadores do PS consideram que, infelizmente, este é o único desfecho possível. Referiu que, este é um projeto do qual o Município necessita para dar resposta aos beneficiários que já foram identificados para esta solução de habitação social. Expôs que, com esta intervenção, o Município conseguia resolver dois problemas: dar uma resposta social e, ao mesmo tempo, requalificar um edifício que estava há muitos anos ao abandono. Mais informou que esta era já uma preocupação do Executivo anterior do qual fazia parte, tendo já sido, então, notificada esta empresa para o cumprimento dos prazos, sendo certo que esta não demonstrou qualquer proatividade em relação à obra. Por fim, afirmou que, devem ser imputadas todas as responsabilidades a esta empresa. Expressou que, duvida que vá haver mais prorrogação de prazo do que esta, porque, indo para junho de 2026, já se estaria a prorrogar prazo, que se previa terminar no final do corrente ano. Referiu, nesta sequência, que, se eventualmente houver mais prorrogação de prazo, este procedimento que a Câmara Municipal está agora a desenvolver pode justificar a prorrogação do projeto, por ser de considerar que o Município desenvolveu todas as diligências, no momento certo, não lhe sendo imputável qualquer tipo de passividade.



Retomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, para dizer, ao público e a quem estava a seguir a transmissão online, que se previa uma execução de trabalhos, no terceiro mês da empreitada (ou seja, no mês de outubro do corrente ano, já que a obra se iniciou em agosto), na ordem dos €88.5582,00 e que estão apenas executados €372,00, facto que demonstra o nível de incumprimento da empresa em questão. Por fim, elucidou que, o que estava em discussão e que era proposto, era a resolução do contrato, a tomada de posse administrativa do edifício e a aplicação da sanção compulsória, por incumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12474 de 06-11-2025 e no uso da competência prevista no artigo 33.º, do n.º 1, da alínea f), do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o seguinte:

- A. A Resolução do Contrato n.º 80/2025, com os fundamentos expressos na dita informação, nos termos do disposto no artigo 333.º, alínea a) e artigo 405.º, n.º 1, alíneas a) e f) do CCP;
- B. O encetamento do competente procedimento de aplicação da pena pecuária, no valor de 79.453,59 EUR (setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos), com fundamento no desvio do plano de trabalhos, pelos factos descritos na informação n.º 12474, em cumprimento do estatuído no n.º 5 da cláusula 54ª do Caderno de Encargos do procedimento;
- C. A notificação do adjudicatário Bermarq –Bernardo Pinto Duarte & Marques Lda., da intenção de resolver o Contrato n.º 80/2025, decidida em A, e da intenção de aplicação da pena de resolver o Contrato n.º 80/2025, decidida em A, e da intenção de aplicação da pena pecuária decidida em B, para que este, querendo, se pronuncie em sede de audiência Prévia, no prazo de 10 dias, ao abrigo do disposto no artigo 308.º, n.º 2, do CCP, ou deduza a competente defesa de impugnação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

337. Presente para efeitos de aprovação a abertura de procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo 2026 até ao montante de 750.000,00€, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara Municipal referiu que, como era do conhecimento de todos os Vereadores, a contratação deste empréstimo (que, durante muitos anos, foi na ordem dos €600.000,00 e, que, há uns anos a esta parte, foi de €750.000,00), era recorrente da parte do Município, não tendo influência naquilo que concerne o endividamento, uma vez que era contraído e que deveria ser pago até ao final do exercício. Prosseguiu a sua intervenção com a assunção de que os Vereadores do PSD se abstiveram, muitas vezes, neste assunto, não votando contra, por entenderem ser um bom



instrumento de caixa para fazer face a necessidades pontuais e transmitiu que, o que estes sempre disseram é que a justificação que era apresentada para a sua contração é que não correspondia à realidade, isto porque era recorrentemente apresentado como fundamento para a contração deste empréstimo a chamada sazonalidade da receita. Comunicou que, o Executivo com funções de gestão e administração direta, após a tomada de posse, decidiu que as rendas do parque eólico, em função das dificuldades de tesouraria do Município, passassem a ser pagas em duodécimos, em convénio com o operador, sendo a receita repartida em 12 meses por ano. Informou que, a fundamentação que é apresentada desta vez e, concretamente, no ponto 5, considera a necessidade da redução da dívida global e a possibilidade de quitação imediata de dívidas vencidas. Nesta senda, comunicou que, o Município tem, neste momento, 7 milhões de euros de dívida a fornecedores e um défice imenso, tendo em conta àquilo que são os compromissos assumidos e, designadamente, o pagamento de muitas dívidas a fornecedores de uma forma faseada e escalonada no tempo, sendo certo que não tem dinheiro, já neste momento, para conseguir concluir estes compromissos e que já houve ameaças de recurso a tribunal, o que justifica a contratação deste empréstimo, no imediato.

Tendo pedido a palavra o Vereador José Adriano Lima para se pronunciar sobre este assunto, este afirmou que, o mesmo não é novidade para os Vereadores do PS, sendo este empréstimo a curto prazo um instrumento que o Município tem trazido a Reunião de Câmara para aprovar, para fazer face a défices pontuais de tesouraria. Mais teceu a consideração de que acha importante a Câmara Municipal dispor desta ferramenta, não se estando a falar do aumento do endividamento do Município, até porque o mesmo tem que ser saldado até ao final do ano civil. Afirmou que, todos os anos tem sido apresentada e aprovada esta proposta e que os Vereadores do PS vão votar favoravelmente, sendo certo que não quis deixar de apontar dois aspetos: o primeiro, relativo à justificação, que, muitas vezes se reportou ao atraso de pagamentos, dando como exemplo o que sucedia muitas vezes com o reembolso de candidaturas e, em segundo lugar, expressou ser curioso o facto de os Vereadores do PSD sempre se manifestarem contra (nem sempre em sentido de voto, mas algumas vezes com declarações de voto), alegando que não entendiam a necessidade, o valor e uma série de outras questões, o que os Vereadores do PS sempre tentaram debater. Afirmou que, independentemente daquilo que foi a posição do PSD no passado, a verdade é que os Vereadores do PS consideram este empréstimo uma ferramenta importante, e, por isso, irão votar favoravelmente. Reforçou que, foi com alguma perplexidade que perceberam que aquilo que durante anos o PSD andou a criticar, está agora a assumir como necessário.

Na sequência desta intervenção, o Presidente da Câmara Municipal realçou que, como já o afirmara anteriormente, os elementos do PSD assumem o seu sentido de voto e que, relativamente às suas decisões em termos de Assembleia Municipal (onde esteve durante 8 anos), se encontra justificado, em ata, o seu sentido de voto. Explicou que, sempre



exerceu esta função no campo político de uma forma responsável, não votando por votar, mas sim, votando e justificando o porquê do seu sentido de voto. Fortaleceu que, o que se encontrava, de momento, à discussão e votação era o início do procedimento de contratação. Mais informou que, irão ser convidadas para o procedimento 5 entidades, todas elas com assento aqui na praça, em Melgaço. Sobre esta última informação, o Vereador José Adriano Lima referiu que esta foi sempre uma regra que os anteriores Executivos seguiram.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 12481 de 07-11-2025 e no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2026, até ao montante de 750.000,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

## Presidência

338. Presente proposta de retificação da Delegação de competências no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, que ficará anexa a esta ata.

Relativamente a este assunto, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que estava em discussão, por reporte ao artigo 54º, n.º 1 da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, eram os pedidos de certidão que são usuais quando alguém, designadamente, em termos de partilha, pretende que um prédio rústico fique a pertencer a mais do que um herdeiro, mais especificamente, o estabelecimento da compropriedade, que entronca com a proibição legal de se dividir terrenos, sendo permitido, no entanto, ao Município, que, estando respeitados os requisitos legais, aprove e passe a certidão autorizativa deste estabelecimento de que um prédio, no âmbito desta transmissão, fique para mais do que uma pessoa. Referiu que, isto não passa por cima da lei dos loteamentos e ocupa, tradicionalmente, tempo da ordem de trabalhos na Câmara, considerando que, havendo informação favorável do técnico, não existe necessidade de estar a ocupar a agenda dos Senhores Vereadores e do Executivo com um assunto que não tem a importância e a responsabilidade que implicaria que viesse a reunião de Câmara. Concluiu, dizendo que, o que está por cima da mesa é que o Presidente possa decidir sobre estas situações, com base na informação técnica, que começa pela fiscalização.

Dada a palavra aos demais Vereadores para se pronunciarem, tomou uso dela o Vereador José Adriano Lima, que referiu entender a pertinência do efeito prático destes assuntos não virem a Reunião de Câmara, mas que, na modesta opinião dos Vereadores do PS, faz todo o sentido que venham, até porque podem os serviços às vezes não conhecer



determinadas realidades para as quais os Vereadores e/ou até o público, no caso das reuniões públicas, possam alertar, considerando, igualmente, que não se perde muito tempo, nas Reuniões de Câmara, a analisar estes assuntos.

Sobre esta intervenção, o Presidente da Câmara Municipal, para além de agradecer esta perspetiva apresentada, referiu que, esta alocação de competências foi proposta pelo chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, e que concorda com ele, até porque há um escrutínio sucessivo pelos serviços, primeiro, pela fiscalização, que vai ao terreno verificar se lá existe alguma construção e ao arquivo para saber se existe algum pedido de licenciamento a este nível, passando, depois, pelo departamento técnico da DPGT, não existindo a possibilidade de qualquer risco, facto pelo qual disse manter esta proposta de delegação de competências.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, a aprovação da proposta de aditamento da Delegação de competências no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

339. Presente proposta de designação de representante na Assembleia Geral da "ADRI MINHO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO", que ficará anexa a esta ata.

Após a apresentação do assunto pelo Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Adriano Lima deixou o apontamento de que esta associação que o Município preside, já teve, no passado, uma relevância muito grande para o território, sendo que muitos investimentos foram feitos em Melgaço com as ferramentas e os instrumentos financeiros que ela, de alguma forma, geria. Indicou que, num passado mais recente, esta associação passou a ter cada vez menos recursos disponíveis para este efeito, não deixando, por isso, de ser uma associação importante e na qual o Município tem especial responsabilidade, por ser quem a preside.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do PS, designar como representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da "ADRI MINHO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO "o Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, José Albano Esteves Domingues, no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º 1 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

### III – Período da intervenção do público:

Discutidos que foram todos os assuntos da ordem do dia, o Presidente da Câmara Municipal concedeu a palavra ao público presente para pedir qualquer esclarecimento, querendo, aproveitando o ensejo para manifestar a sua satisfação pelo facto de haver assistência nestas reuniões.

Não tendo qualquer das pessoas presentes no público apresentado pedidos de esclarecimento, o Presidente da Câmara Municipal passou, de seguida, a disponibilizar a palavra às pessoas que se encontravam a assistir à reunião online, para, também elas, apresentarem pedidos de esclarecimento, se essa fosse a sua vontade, o que não sucedeu.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.00 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ame Solhe, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



\_\_\_\_\_  
José Albano Esteves Domingues